AGÊNCIA PAULISTA DE HABITAÇÃO SOCIAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO – CONVÊNIO ONEROSO
Processo: SH Sem Papel nº 2020/00034.
Programa: Casa Paulista – Desenvolvimento Urbano.
Interessado: Secretaria da Habitação e CDHU.
Objeto: Melhorias habitacionais por meio da execução de serviços de reparo, manutenção corretiva, requalificações e adaptações em moradias precárias existentes em núcleos regularizados e/ou passíveis de regularização no Estado de São Paulo, no âmbito do PROGRAMA CASA PAULISTA - DESENVOLVIMENTO URBANO.

Recursos: Adequação.
Prorrogação de prazo.
VALOR COM ACRÉSCIMO: R\$ 532.458.209,16 (quinhentos e trinta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e nove reais e dezesseis centavos).

Data da assinatura do 2º Termo de Aditamento: 16/12/2022.
Vigência: 48 meses, contados da data de sua assinatura.
PARECER JURÍDICO CJ/SH nº 72/2022.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO
PROCESSO SH-PRC-2022/00124
INTERESSADO: Secretaria da Habitação e município de São Bernardo do Campo
CNPJ: nº 46.523.239/0001-47

OBJETO: Cobertura parcial de despesas destinadas à construção de 196 unidades habitacionais no conjunto denominado "Silvina Audi", no âmbito do PROGRAMA CASA PAULISTA - DESENVOLVIMENTO URBANO.

VALOR ORIGINAL: R\$ 46.136.275, 81 (quarenta e seis milhões e cento e trinta e seis mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos), sendo R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) de responsabilidade do Estado e R\$ 31.136.275,81 (trinta e um milhões e cento e trinta e seis mil e duzentos e setenta e cinco reais e oitenta e um centavos) de contrapartida do município.

VIGÊNCIA: 36 meses, contados da data de sua assinatura.
Data da assinatura: 20/12/2022
Parecer Jurídico CJ/SH nº 79/2022

Infraestrutura e Meio Ambiente

GABINETE DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SIMA Nº 114, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre a instituição da Comissão de Avaliação, referente ao Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse CPP nº 01/2022, da Coordenadoria de Parques e Parcerias, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo - Seção I, de 07 de dezembro de 2022, página 136.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 80 do Decreto nº 64.132, de 11 de março de 2019,

RESOLVE:
Artigo 1º - Instituir a Comissão de Avaliação, referente ao Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse CPP nº 01/2022, da Coordenadoria de Parques e Parcerias que tem por objetivo receber manifestações de interesse da iniciativa privada para realizar doações de bens móveis, novos ou seminovos, em condições adequadas de uso, bem como de serviços, recursos financeiros e/ou direitos para a realização de ações, programas ou projetos de interesse público à Administração.

Artigo 2º - São atribuições da Comissão de Avaliação o recebimento das manifestações de interesse, a análise das propostas e dos documentos de habilitação verificando sua compatibilidade com os termos do Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse CPP nº 01/2022.

Artigo 3º - A Comissão de Avaliação será composta, sob a coordenação do primeiro designado, pelos seguintes servidores:

I – Adriana Almeida Puentes, RG nº 19.670.304-9/SP.
II – Aline Melo da Silva, RG nº 37.213.847-0/SP

III – Jordanna Strabeli Grecco Correa da Silva, RG nº 30.403.258-X/SP

Parágrafo único - No impedimento do servidor ora designado para coordenar os trabalhos da Comissão, sua substituição será exercida pelo servidor indicado no inciso II deste artigo.

Artigo 4º - Os membros ora designados desempenharão suas funções sem prejuízo das atividades inerentes aos cargos que ocupam.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
(Processo SIMA nº 067523/2022-68)

RESOLUÇÃO SIMA Nº 115, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre a Autorização de Manejo in Situ de animais silvestres prevista no artigo 6º da Resolução SMA nº 92, de 14 de novembro de 2014, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Artigo 1º - A Autorização de Manejo in Situ prevista no artigo 6º da Resolução SMA nº 92, de 14 de novembro de 2014, compete ao Departamento de Gestão da Fauna Silvestre, da Coordenadoria de Fauna Silvestre, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Artigo 2º - Para a aplicação desta resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Captura: conter física ou quimicamente espécimes da fauna silvestre ou exótica em vida livre, seus ovos e larvas, com posterior destinação;
II - Coleta: obtenção de espécime da fauna silvestre ou exótica, seja pela remoção do indivíduo do seu habitat natural, seja pela coleta de amostras biológicas, incluindo a retirada de espécimes para fins de identificação taxonômica, depósito em coleção científica como espécime-testemunho ou quaisquer finalidades que impliquem em óbito dos indivíduos;
III - Condição de sinantropia: situação em que a fauna silvestre ou exótica se utiliza de recursos das áreas antrópicas presentes em sua área de vida, de forma transitória ou permanente, beneficiando-se das condições ecológicas criadas pela atividade humana e predispondo-se à interação com seres humanos;
IV - Controle de espécies silvestres: utilização de métodos mecânicos, químicos ou biológicos que busquem a redução de populações de espécies da fauna silvestre em desequilíbrio que causem prejuízo ao meio ambiente, à saúde e segurança pública ou às atividades produtivas ou que estejam envolvidas em situações de conflito;
V - Controle de espécies exóticas: utilização de métodos mecânicos, químicos ou biológicos que busquem a redução ou contenção de populações de espécies exóticas envolvidas em processos de bioinvasão em determinada área, incluindo medidas preventivas de fuga ou escape em ambientes de produção;
VI - Fauna silvestre: conjunto dos organismos incluídos no reino animal, pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras não exóticas, aquáticas ou terrestres, estejam em vida livre ou sob cuidados humanos, não consideradas como espécies da fauna doméstica, ainda que mantidas sob cuidados humanos há diversas gerações, que tenham todo ou parte de seu ciclo original de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras;

VII - Fauna exótica: conjunto de espécies, subespécies ou táxons inferiores introduzidos do reino animal, estejam em vida livre ou sob cuidados humanos, não consideradas como espécies da fauna doméstica, ainda que mantidas sob cuidados humanos há diversas gerações, cuja área natural de distribuição presente ou passada não inclua território brasileiro ou suas águas jurisdicionais brasileiras, incluindo qualquer parte, gametas ou ovos dessa espécie que possam sobreviver e posteriormente reproduzir;

VIII - GEFAU: Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre, implementado e adotado pelo Estado de São Paulo com finalidade de emissão de autorizações relacionadas ao manejo de fauna silvestre e exótica;

IX - Identificação taxonômica: identificação biológica das espécies da fauna silvestre ou exótica, sendo recomendado a identificação até o menor nível taxonômico possível (reino, filo, classe, ordem, família, gênero e espécie);

X - Manejo ambiental: eliminação ou alteração de recursos utilizados pela fauna silvestre ou exótica, com intenção de modificar sua estrutura e composição, de modo a tornar determinado ambiente mais ou menos atrativo ou impedir o seu uso ou acesso para determinada espécie, e que não inclua manuseio, remoção ou eliminação direta dos espécimes;

XI - Manejo de fauna silvestre in situ: qualquer ação ou atividade que altere ou modifique, mesmo que temporariamente, o comportamento de animais silvestres ou exóticos em vida livre, sua movimentação, distribuição, ocorrência ou reprodução, visando primordialmente à conservação da biodiversidade, ao uso sustentável de recursos naturais, à redução de riscos à saúde e segurança pública, à redução de prejuízos às atividades agropecuárias e à redução de conflitos;

XII - Material biológico: tecido ou fluido constituinte de organismos de espécies animais, tais como excrementos, fluidos corporais, células, tecidos, órgãos ou partes isoladas a partir destes;

XIII - Material biológico testemunho: indivíduos ou partes destes coletados com a finalidade de depósito em coleções científicas para servir como referência na identificação da espécie;
XIV - Nocividade: situação em que o comportamento, movimentação ou ocorrência de indivíduos ou populações da fauna silvestre ou exótica em vida livre traz impactos negativos, de forma transitória ou permanente, ao meio ambiente, saúde, segurança pública e/ou atividades produtivas;

XV - Organismos zooplantônicos: organismos da fauna silvestre ou exótica, de invertebrados ou vertebrados, que vivem em suspensão na coluna d'água, durante uma ou mais fases do seu ciclo de vida;

XVI - Organismos zoobentônicos: organismos da fauna silvestre ou exótica, compreendendo os invertebrados e vertebrados, que habitam o sedimento aquático ou a superfície deste.

XVII - Recipientes-isca ou ninhos-isca: são recipientes instalados no ambiente com a finalidade de obter colônias de abelhas nativas sem ferrão;

XVIII - Reintrodução: translocação ou soltura de indivíduos de uma determinada espécie da fauna silvestre em uma área dentro de sua distribuição geográfica original, mas de onde foi localmente extinta, como resultado de atividades humanas ou catástrofes naturais, com objetivo de estabelecer uma população viável;

XIX - Repovoamento ou Revigoramento populacional: translocação ou soltura de indivíduos de uma determinada espécie da fauna silvestre em uma população existente em seu habitat e distribuição geográfica originais, com objetivo de incremento genético por meio de aumento do número de indivíduos nesta população;

XX - Saúde Única: abordagem integrada que considera a indissociável relação entre a saúde animal, humana e ambiental;

XXI - Situação de risco: toda e qualquer exposição a perigo que possa comprometer a integridade física de indivíduos da fauna silvestre ou exótica, ou da população humana que venha a interagir com os mesmos;

XXII - Situação de conflito: tensões ou controvérsias que surtem quando a presença ou o comportamento da fauna silvestre ou exótica representa uma ameaça real ou percebida, direta e recorrente aos interesses ou necessidades humanas, levando a divergências entre grupos de pessoas e/ou impactos negativos sobre as pessoas e/ou sobre a fauna silvestre ou exótica.

XXIII - Translocação: apanha, captura e transferência de espécime da fauna silvestre de vida livre de uma localidade para outra dentro da sua área de distribuição natural, envolvendo a soltura imediata ou manutenção empreendimentos de fauna por um curto período de tempo.

Artigo 3º - A Autorização de Manejo in Situ deverá ser solicitada pelo interessado, via Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU, conforme orientações contidas no "Manual de Operações do GEFAU - Módulo Manejo in situ", disponibilizado no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Parágrafo único - Além das orientações contidas no manual referido no caput, poderão ser solicitadas informações complementares, a critério técnico.

Artigo 4º - No momento da solicitação da Autorização de Manejo in Situ, deverão ser indicados os profissionais técnicos responsáveis e auxiliares que participarão da ação de manejo.

§1º - Todos os profissionais de ensino superior com atribuição para execução das ações de manejo de fauna silvestre ou exótica indicados na equipe técnica deverão apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo respectivo conselho de classe.

§2º - Toda ação de manejo de fauna silvestre ou exótica que possa comprometer a integridade física dos indivíduos manejados deverá contar com profissional médico veterinário na equipe técnica, o qual será responsável por prestar atendimento clínico aos animais.

Artigo 5º - Serão emitidas no licenciamento ambiental as seguintes Autorizações de Manejo in Situ:

I - Levantamento de fauna: autoriza o catálogo das espécies silvestres e exóticas que existem em determinada região e seus habitats correspondentes, por meio de obtenção de dados primários de campo;

II - Monitoramento de fauna: autoriza o diagnóstico das alterações nas populações e comunidades da fauna silvestre e exótica existentes na área estudada, visando avaliar os impactos advindos da implantação de empreendimentos;

III - Monitoramento da qualidade ambiental: autoriza a apanha, captura, coleta e transporte de material biológico de fauna silvestre e exótica de vida livre existente na área estudada, para avaliação da qualidade ambiental;

IV - Resgate: autoriza as ações diretas voltadas ao afugentamento, salvamento, captura, transporte, translocação e destinação da fauna silvestre e exótica proveniente de uma área impactada durante a instalação ou a operação de empreendimentos;

V - Plano de manejo de fauna em empreendimentos: autoriza as ações de manejo direto ou indireto da fauna silvestre e exótica voltadas ao controle de espécies identificadas por sua nocividade à conservação da biodiversidade na área de influência do empreendimento ou que apresentem risco à operação do empreendimento;

VI - Conservação da fauna no licenciamento ambiental: autoriza programas ou projetos voltados à conservação de espécies da fauna silvestre, vinculados às exigências no âmbito do licenciamento ambiental ou de iniciativa do empreendedor, podendo incluir ações de reintrodução, repovoamento e revigoramento populacional.

§1º - Na autorização descrita no inciso II, está incluído o monitoramento de fauna atropelada ou vitimada pela operação de empreendimentos lineares.

§2º - As Autorizações de Manejo in Situ serão emitidas com base nos documentos e nas informações fornecidos pelo órgão licenciador.

§3º - A análise da solicitação de Autorização de Manejo in Situ do inciso VI deverá considerar estudos genéticos e sanitários.

Artigo 6º - Serão emitidas as seguintes Autorizações de Manejo in Situ para fins de controle populacional da fauna silvestre ou exótica:

I - Levantamento: autoriza o diagnóstico da população da espécie alvo e daquelas impactadas por esta, quando for o caso, para subsidiar a tomada de decisão quanto à melhor ação de manejo para o controle da espécie envolvida;

II - Monitoramento: autoriza a avaliação da população da espécie alvo, daquelas impactadas por esta ao longo do tempo, bem como da eficácia da ação de manejo, possibilitando a adequação da ação de controle, quando necessário;

III - Coleta de material biológico: autoriza a obtenção de espécime da fauna ou parte deste, seja pela remoção do indivíduo do seu habitat natural, seja pela coleta de amostras biológicas, para realização de exames laboratoriais ou outros que justifiquem o controle populacional de espécie alvo, bem como aproveitamento científico, monitoramento e vigilância epidemiológica;

IV - Remoção de indivíduos: autoriza ações de controle voltadas à retirada parcial ou total de indivíduos de uma população identificada por sua nocividade;

V - Manejo de fauna em condição de sinantropia: autoriza ações voltadas ao controle integrado de populações de espécies em condição de sinantropia, que possam causar transtornos de ordem social, econômica ou ambiental, ou que represente riscos à saúde pública, realizadas por empresas ou profissionais especializados e órgãos municipais ou estaduais;

VI - Manejo de fauna em situação de conflito: autoriza ações voltadas ao controle de espécies envolvidas em conflito humano-fauna, quando as ações de educação, de comunicação e manejo ambiental não forem suficientes para sua resolução;

VII - Contraceção: autoriza o manejo voltado ao controle da natalidade de população de espécie alvo por meio de métodos químicos ou cirúrgicos;

VIII - Controle biológico: autoriza a captura do organismo animal vivo de seu ambiente natural para manipulação genética, ou soltura de organismo obtido por manipulação genética no ambiente para o controle de uma população animal, ou de atividades biológicas de outro organismo considerado nocivo.

Artigo 7º - Para a análise da Autorização de Manejo in Situ para fins de controle populacional deverão ser considerados:

I - Documentos e informações emitidos pelos órgãos públicos de saúde, agricultura ou meio ambiente, atestando o prejuízo e/ou risco causado pela população da espécie silvestre ou exótica;

II - Avaliação da eficácia das ações de manejo ambiental realizadas previamente à proposta de manejo direto da população da fauna silvestre ou exótica;

III - Ações de educação ambiental voltadas à população humana envolvida;

IV - Contextualização da situação de conflito com a fauna silvestre ou exótica.

Artigo 8º - Serão emitidas as seguintes Autorizações de Manejo in Situ para fins de constituição de plantel de fauna silvestre ou exótica:

I - Exposição: autoriza a captura de espécimes de invertebrados de vida livre para exposição, temporária ou permanente, em empreendimentos de fauna autorizados ou em projetos de educação ambiental;

II - Revigoramento: autoriza a captura de espécimes de vida livre para revigoramento populacional de plantel mantido por empreendimentos de fauna autorizados;

III - Conservação: autoriza a captura de espécimes silvestres de vida livre para integrar projeto de conservação da espécie mantido por empreendimentos de fauna autorizados;

IV - Comercial: autoriza a captura de espécimes de vida livre para uso como matriz em estabelecimentos com fins comerciais;

V - Composição de plantel de meliponário: autoriza a instalação de ninhos-isca para captura de abelhas nativas sem ferrão para composição de plantel ou revigoramento de meliponário.

Artigo 9º - Para a análise da Autorização de Manejo in Situ para fins de constituição de plantel deverão ser considerados:

I - A regularidade do empreendimento de fauna, bem como os documentos e as informações emitidas pelo Centro de Fauna Silvestre Ex Situ do Departamento de Gestão da Fauna Silvestre da Coordenadoria de Fauna Silvestre.

II - A inexistência de espécimes da mesma espécie em outros empreendimentos de fauna que possam ser transferidos para constituição de plantel.

Artigo 10º - Serão emitidas as seguintes Autorizações de Manejo in Situ para fins de conservação da fauna silvestre :

I - Levantamento: autoriza o catálogo de espécies de ocorrência em determinada área e diagnóstico populacional de espécie silvestre de interesse para subsidiar a tomada de decisão quanto a futuras ações de manejo para sua conservação;

II - Monitoramento: autoriza a avaliação da população da espécie silvestre alvo ao longo do tempo, bem como da eficácia da ação de manejo, possibilitando a adequação da ação de conservação, quando necessário;

III - Monitoramento da saúde: autoriza o diagnóstico, acompanhamento e possível intervenção em populações da fauna silvestre e exótica, visando à manutenção da Saúde Única de modo a também permitir o monitoramento e vigilância epidemiológica;

IV - Manejo de populações de vida livre: autoriza a captura de espécimes silvestres de vida livre para translocação, reintrodução ou revigoramento de populações identificadas sob algum grau de ameaça;

V - Repovoamento de icthiofauna: autoriza a captura de matrizes de espécies silvestres em vida livre, para reprodução em piscicultura, e/ou a soltura de espécimes de icthiofauna silvestre provenientes de piscicultura e sabidamente de ocorrência no corpo d'água onde serão introduzidas.

§ 1º - A Autorização de Manejo in Situ para fins de conservação da fauna silvestre deverá considerar a existência de programas oficiais voltados às espécies-alvo.

§2º - A análise da solicitação de Autorização de Manejo in Situ do inciso V deverá considerar estudo genético e sanitário dos alevinos provenientes das pisciculturas, bem como levantamento e monitoramento de icthiofauna do corpo d'água onde será realizado o repovoamento.

Artigo 11 - A Autorização de Manejo in Situ para fins de resgate de fauna silvestre ou exótica autoriza ações diretas, desvinculadas do licenciamento ambiental, voltadas à captura, apanha, transporte e destinação de animais encontrados feridos, debilitados ou em situação de risco.

Artigo 12 - A Autorização de Manejo in Situ para fins de uso sustentável da fauna silvestre autoriza ações, desvinculadas de empreendimentos de fauna, que promovam o uso de indivíduos ou partes/componentes da fauna silvestre provenientes de vida livre para aproveitamento comercial.

Artigo 13 - A Autorização de Manejo in Situ para fins de monitoramento da qualidade ambiental autoriza ações, desvinculadas do licenciamento ambiental, voltadas à apanha, captura, coleta e transporte de material biológico da fauna silvestre ou exótica de vida livre para a realização de análises e ensaios laboratoriais.

Artigo 14 - A Autorização de Manejo In Situ para fins de controle de espécies domésticas em condição de sinantropia somente será emitida quando envolver uso de métodos não seletivos que possam causar captura de espécimes da fauna silvestre ou exótica.

Artigo 15 - Fica tacitamente autorizada a descaracterização e retirada de ninhos vazios de aves da fauna silvestre e exótica quando em situação de conflito humano-fauna, desde que se trate de espécie não ameaçada de extinção.

§1º - Entende-se por ninhos vazios aqueles que estejam sem ovos, ninhos ou filhotes, situação que deverá ser comprovada por profissional habilitado.

§2º - Deverão ser mantidos os registros das atividades de descaracterização e retirada de ninhos vazios, contendo, no mínimo, informações quanto à data, local e registro fotográfico.

§3º - A constatação, em fiscalização ambiental, da destruição de ninhos que não estejam comprovadamente vazios, sem a devida Autorização de Manejo in Situ, configura crime ambiental, conforme inciso II do artigo 29 da Lei Federal nº 9605/2008.

Artigo 16 - A Autorização de Manejo in Situ permite, de acordo com os diferentes grupos de fauna silvestre ou exótica a serem manejados, o uso de métodos de apanha, captura, coleta, marcação individual e abate consagrados em literatura científica e em normas específicas dos conselhos de classe.

Parágrafo único - O uso de método alternativo ao estabelecido no caput somente será autorizado quando justificado e aprovado mediante Parecer Técnico.

Artigo 17 - A Autorização de Manejo in Situ não permite:

I - A soltura de espécies exóticas para o Estado de São Paulo e para a bacia hidrográfica objeto do manejo de fauna, sendo que os espécimes exóticos capturados deverão ser destinados a empreendimentos de fauna previstos na autorização ou submetidos à abate, priorizando o encaminhamento à coleção científica ou instituições de pesquisa, salvo quando a soltura dos espécimes tiver como objetivo o rastreamento de populações e estiver expressamente definida na autorização;

II - A captura de espécimes da fauna silvestre ou exótica fora da área de abrangência definida na autorização;

III - A coleta de espécimes da fauna silvestre ou exótica para as atividades aprovadas além do limite estabelecido na autorização;

IV - O descarte em campo de espécimes silvestres ou exóticos encontrados mortos ou coletados, salvo quando previsto expressamente na autorização;

V - A entrada em áreas particulares ou Unidades de Conservação (UCs) sem o consentimento prévio dos proprietários ou gestores;

VI - A realização de estudos ou manejo de fauna silvestre ou exótica com a finalidade estritamente científica.

Parágrafo único - A Autorização de Manejo in Situ poderá estabelecer outras atividades específicas não permitidas para o caso concreto.

Artigo 18 - A análise das solicitações de Autorização de Manejo in Situ, bem como de sua substituição, poderá ser objeto de cobrança, conforme legislação vigente.

Artigo 19 - A Autorização de Manejo in Situ deverá ser substituída quando seu prazo não for suficiente para a conclusão do manejo e/ou quando houver quaisquer alterações no delineamento da ação aprovada, na equipe técnica, na consultoria contratada, nos grupos de fauna manejados, nos pontos amostrais e na destinação prevista.

§1º A solicitação de substituição deverá ser realizada via Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU, em novo requerimento, dentro do mesmo processo, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data de validade da autorização vigente, e deverá estar acompanhada de relatório das atividades desenvolvidas até o momento ou de justificativa para a sua não realização.

§2º - Quaisquer alterações no delineamento da ação aprovada, na equipe técnica, nos grupos de fauna manejados, nos pontos amostrais e na destinação prevista, deverão ser expressamente comunicadas no momento de solicitação da substituição, dentro do requerimento de autorização específico no Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU, e acompanhadas de respectiva documentação comprobatória.

§3º - Quando a substituição for motivada exclusivamente por prazo insuficiente para conclusão do manejo e dentro do prazo indicado no §1º, a autorização anterior permanecerá vigente até que nova autorização seja emitida ou indeferida.

Artigo 20 - A Autorização de Manejo in Situ poderá ser cancelada durante a sua vigência, a critério técnico, pelos seguintes motivos:

I - Alterações significativas nos termos da autorização emitida;

II - Verificação de descumprimento das atividades previstas na autorização;

III - Não atendimento de condicionantes dispostas na autorização;

IV - Ausência de entrega de relatório de atividades, conforme periodicidade definida pelo órgão ambiental;

V - A pedido do interessado.

Parágrafo único - Se o interessado ou responsáveis técnicos indicados na autorização forem autuados em flagrante pela prática de crimes contra a fauna, a Autorização de Manejo in Situ ficará suspensa até o trânsito em julgado da ação penal, sendo revogada em caso de condenação.

Artigo 21 - O relatório final das atividades desenvolvidas durante a vigência da Autorização de Manejo in Situ deverá ser entregue, via Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU, em até 60 (sessenta) dias após a expiração de seu prazo de validade.

Parágrafo único - A critério do órgão ambiental, poderão ser solicitados relatórios parciais.

Artigo 22 - Os dados de ocorrência de espécies da fauna silvestre e exóticas indicados nos relatórios de atividades poderão ser utilizados para compor banco público de dados da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Parágrafo único - Os dados mencionados no caput poderão ser classificados como sigilosos conforme legislação vigente.

Artigo 23 - A referência para a verificação do atendimento dos prazos relacionados à data de validade da autorização é o dia da solicitação de análise registrado no Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU.

Artigo 24 - Qualquer ação de manejo in situ da fauna silvestre ou exótica, somente será autorizada mediante identificação de local para destinação de indivíduos vivos, doentes, feridos e mortos e, quando couber, de material biológico.

Parágrafo único - A indicação de local descrita no caput, no que se refere a indivíduos vivos, doentes e feridos, será comprovada por meio de apresentação de carta de aceite da instituição parceira, a qual deve estar com sua situação regular perante o Departamento de Gestão da Fauna Silvestre e o Centro de Fauna Silvestre Ex Situ .

§1º A indicação de local descrita no caput, no que se refere a indivíduos vivos, doentes e feridos, deverá considerar a regularidade do empreendimento de fauna perante o Departamento de Gestão da Fauna Silvestre e o Centro de Fauna Silvestre Ex Situ;

§2º O estabelecimento de parceria com empreendimentos de fauna e instituições científicas para a destinação de indivíduos vivos, doentes, feridos e mortos deverá ser comprovada por meio de apresentação de carta de aceite.

Artigo 25 - O prazo para conclusão da análise dos requerimentos de Autorização de Manejo in Situ será de 90 (noventa) dias a contar da data de requerimento de análise registrada no Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU.

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quinta-feira, 22 de dezembro de 2022 às 05:02:44

§1º - As informações complementares, caso necessário, serão analisadas dentro do prazo estabelecido no caput, que ficará suspenso entre a data da notificação do interessado via Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU até a entrega das informações solicitadas, via "Requerimento de Análise" do Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre - GEFAU.

§2º - Caso sejam solicitadas mais de duas informações complementares, ou na ausência de manifestação do interessado por mais de 6 (seis) meses, o requerimento de autorização será indeferido.

Artigo 26 - A Autorização de Manejo in Situ possuirá prazo de validade de, no mínimo, 2 (dois) meses e, no máximo, 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único - A validade da autorização será determinada pelo órgão ambiental competente e deverá ser compatível com o cronograma de atividades previsto, assim como com a validade das Anotações de Responsabilidade Técnica da equipe.

Artigo 27 - A não observância das exigências descritas nesta Resolução e suas respectivas normativas específicas, bem como o descumprimento do disposto nas Autorizações de Manejo in Situ, poderão ser consideradas infrações administrativas ambientais, conforme legislação vigente.

Artigo 28 - O responsável legal pelo empreendimento e pela consultoria contratada, quando houver, bem como os responsáveis técnicos serão responsáveis, sob as penas da lei, pela veracidade das informações e pela autenticidade dos documentos apresentados.

Artigo 29 - As ações de manejo in situ autorizadas poderão ser objeto de vistoria técnica a qualquer momento.

Artigo 30 - As atividades de manejo de fauna silvestre ou exótica com o uso de métodos não invasivos, que possam interferir na dinâmica de populações da fauna silvestre nativa em vida livre, eventualmente não contempladas nesta Resolução, serão objeto de manifestação, por meio de parecer técnico, do órgão ambiental.

Artigo 31 - O artigo 6º e seus parágrafos 3º e 5º da Resolução SMA nº 92, de 14 de novembro de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 6º - A Autorização de Manejo in Situ poderá ser expedida para as seguintes finalidades:

I - Licenciamento ambiental: manejo in situ de fauna silvestre ou exótica, cujos métodos previstos envolvam captura de espécimes, para execução de atividades de levantamento, monitoramento, afugentamento, resgate, conservação, controle ou outros, em decorrência de exigências inerentes ao processo de licenciamento ambiental estadual de empreendimentos;

II - Controle populacional da fauna silvestre: manejo in situ de fauna silvestre ou exótica com o objetivo de controle populacional de espécie identificada por sua nocividade ao meio ambiente, à saúde e segurança públicas e/ou às atividades produtivas ou que estejam envolvidas em situações de conflito ou em condição de sinantropia;

III - Constituição de plantel: manejo in situ de fauna silvestre ou exótica com o objetivo de destinação a empreendimentos de fauna autorizados, para composição ou revigoramento de plantel;

IV - Conservação da fauna silvestre: manejo in situ de fauna silvestre quando da execução de estudos de levantamento, monitoramento, translocação ou outras ações, cujo objetivo seja a conservação da fauna in situ, desde que não vinculadas às pesquisas científicas, bem como o manejo in situ de fauna exótica quando da execução do monitoramento da saúde.

V - Resgate de fauna silvestre: manejo in situ de fauna silvestre ou exótica com o objetivo de remover indivíduos da fauna feridos, debilitados ou quando em situações de risco;

VI - Uso sustentável da fauna silvestre: manejo de fauna silvestre in situ com o objetivo de retirar animais diretamente de seu ambiente natural para posterior uso, manutenção temporária sob cuidados humanos, transporte, abate, beneficiamento ou comercialização, precedida de estudos biológicos que apontem a viabilidade de manejo e acompanhada de monitoramento de indicadores de sustentabilidade;

VII - Monitoramento da qualidade ambiental: manejo in situ de fauna silvestre ou exótica para caracterização, diagnóstico e acompanhamento da qualidade de ecossistemas terrestres e aquáticos, por meio de captura de organismos animais de vida livre para a realização de análises biológicas, ensaios ecotoxicológicos, e outros necessários para subsidiar a avaliação da qualidade ambiental.

§3º - A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - Fundação Florestal, e o Instituto de Pesquisa Ambiental - IPA ficam isentos da obtenção de Autorização de Manejo in Situ para fins de resgate da fauna silvestre ou exótica, desde que tais ações estejam entre suas atribuições legais e que contem com corpo técnico habilitado.

§4º - As ações de manejo in situ de fauna silvestre ou exótica para fins de licenciamento ambiental e monitoramento da qualidade ambiental que utilizem amostragem de organismos zooplânctônicos e/ou zoobentônicos estão tacitamente autorizadas, desde que:

I- Utilizem métodos de captura exclusivos para tais organismos;

II- O empreendedor encaminhe os organismos coletados para instituições científicas ou laboratórios aptos à realização das análises pretendidas;

III- O empreendedor mantenha registro destas atividades com, no mínimo, informações quanto à identificação taxonômica, data, local, preferencialmente com coordenada geográfica, e destinação dos indivíduos.

IV- Sejam seguidas as diretrizes técnicas regulamentadas para os estudos com os táxon em questão." (NR)

Artigo 32 - As disposições aqui estabelecidas serão revisadas, pelo Departamento de Gestão da Fauna Silvestre, após 4 (quatro) anos da publicação desta Resolução.

Artigo 33 - Fica revogada a Resolução SMA nº 36/2018.

Artigo 34 - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

(SIMA 069995/2022-80)

RESOLUÇÃO SIMA Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre a renovação do Conselho Consultivo da Estação Ecológica dos Chauás.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução SMA 88, de 01 de setembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos para a instituição dos Conselhos Consultivos das unidades de conservação administradas pelos órgãos e entidades vinculadas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, bem como acerca da designação de seus membros e dos respectivos representantes titulares e suplentes e dá providências correlatas;

Considerando a Resolução SMA 151, de 06 de novembro de 2018, que dispõe sobre a instituição e a designação dos membros do Conselho Consultivo da Estação Ecológica dos Chauás;

Considerando a manifestação dos membros do Conselho Consultivo da Estação Ecológica dos Chauás constante no Processo Digital FF.005482/2022-00, favorável à renovação do mandato dos conselheiros por um período de 02 anos.

RESOLVE,

Artigo 1º - Fica renovado o mandato dos membros, do Conselho Consultivo da Estação Ecológica dos Chauás, para o biênio 2022/2024:

I - Do Poder Público:

a) Pela Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo - FF: Rosane Costa Silva Maciel, portadora do RG nº 17.137.622, como titular, e Juliana Costa Coelho, portadora do RG nº 45.980.149-1, como suplente;

b) Pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio: Miguel Fluminham Filho, portador do RG nº 24.522.630-8, como titular, e Marcio de Moraes, portador do RG nº 20.986.800-4, como suplente;

c) Pela Polícia Militar do Estado de São Paulo: Aspirante a Oficial PM Bárbara Cristina de Souza, portadora do RG nº 48.830.971-2, como titular, e, 2º Sargento PM Fernando Augusto da Cunha Pontes, portador do RG nº 42.093.513-7, como suplente;

d) Pela Fundação Instituto de Terras de São Paulo - ITESP: Altair de Matos Pereira, portador do RG nº 36.050.795-5, como titular, e Valmir Mariano Ribeiro, portador do RG nº 17.513.645-2, como suplente;

e) Pelo Centro Paula Souza - Escola Técnica Engenheiro Agrônomo Narciso de Medeiros - Etec: Manoel Simião Barbosa Filho, portador do RG nº 9.219.073-X, como titular, e Sebastião Andriello Neto, portador do RG nº 14.043.262-0 como suplente;

f) Pela Prefeitura Municipal de Iguape: Julliana Rodrigues Gato, portadora do RG nº 40.705.717-1, como titular, e Larissa Collaço Costa, portadora do RG nº 46.893.461-3, como suplente.

II - Da Sociedade Civil:

a) Pelo Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS: Roberta Lúcia Boss, portadora do RG nº 7.141.141-9, como titular, e Lucas Reinert Laufer Pereira Mendes, portador do RG nº 89.888.271-0, como suplente;

b) Pela Associação de Manejadores e Produtores de Plantas Nativas de Iguape - AMPI: Lillian Domingues dos Passos, portadora do RG nº 37.144.961-3, como titular, e Ailton Ribeiro dos Passos, portador do RG nº 40.786.158-0, como suplente;

c) Pela Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira - AMAVALES: Ricardo Cordeiro de Paula, portador do RG nº 41.223.854-8, como titular, e Pablo de Andrés Fernandez, portador do RG nº 8.755.704, como suplente;

d) Pela Associação de Moradores e de Proprietários de Imóveis de Iguape - AMPIGUAPE: José Augusto Régio Costa, portador do RG nº 18.188.316-8, como titular, e Clayton Aparecido Negri, portador do RG nº 24.444.369-5, como suplente;

e) Pela Colônia de Pesca Z-7 "Veiga Miranda": Paulo de Moura, portador do RG nº 16.167.803-8, como titular, e Clarinda Alves de Oliveira, portadora do RG nº 14.458.377-x como suplente;

f) Pela Associação Amigos e Moradores dos Bairros Arataca e Capoaiva do Momuna - A.A.M.B.A.C.M: Elísio Antônio de Oliveira, portador do RG nº 5.784.913-4, como titular, e Marcos Neves, portador do RG nº 30.032.626-9, como suplente.

Artigo 2º - O Conselho Consultivo da Estação Ecológica dos Chauás terá a seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Presidência;

III - Secretaria Executiva;

IV - Câmaras Temáticas, se for o caso; e

V - Grupos de Trabalho, se for o caso.

§1º - O Plenário será composto por todos os membros do Conselho Consultivo, escolhidos, indicados e designados na forma desta Resolução, que terão direito a voz e voto.

§2º - O Conselho Consultivo será presidido pelo gestor da unidade de conservação e, na sua ausência, por seu suplente.

§3º - O Secretário Executivo do Conselho Consultivo será eleito pelo Plenário.

§4º - O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, renovável por igual período.

§5º - As reuniões do Conselho Consultivo serão públicas, com pautas preestabelecidas no ato da convocação, que deverão ser divulgadas e realizadas em local de fácil acesso.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo Digital FF.005482/2022-00 e Processo FF nº 244/2018)

Portaria CG, 19 de dezembro de 2022.

Designando as responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato AJ-207/2012, firmado em 30/11/2022 com a empresa PAGGA FOLHA DE PAGAMENTO LTDA.

O Responsável pela Chefia de Gabinete, no uso das atribuições conferidas pelo Inciso III, do artigo 90, do Decreto 64.132 de 11/03/19, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal 8.666/93 e artigo 10 do Decreto 42.857 de 11/02/98, resolve:

Artigo 1º - Designar as funcionárias PAULA CRISTINA NASSIF ELIAS DE LIMA, portadora do RG 16.776.530-9 e CPF 130.138.838-63, na qualidade de fiscal, e ELIANA GONCALVES DA CRUZ, portadora do RG 23.124.341-8 e CPF 127.733.518-43, na qualidade de suplente, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato AJ-207/2012, firmado em 30/11/2022 com a empresa PAGGA FOLHA DE PAGAMENTO LTDA, visando à prestação de serviços de fornecimento de Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, para a Fundação Parque Zoológico de São Paulo.

Artigo 2º Esta portaria entrará em vigor na data da publicação, retroagindo seus efeitos a 01/12/2022.

SIMA.085849/2022-79.

Termo de Aditamento ao Convênio nº 04/2021 - Programa Água é Vida

Processo SIMA nº 058703/2021-13

Participes: O Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e o Município de Sete Barras.

Objeto: visando à prorrogação do prazo de vigência do ajuste, com a consequente substituição do plano de trabalho.

Vigência: até 15/05/2023

Parecer CJ/SIMA nº 667/2022

Data de Assinatura: 21/12/2022

DESPACHO DO SECRETÁRIO, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022

Tendo em vista os elementos que instruem os autos, em especial a Informação nº 10, de 26 de outubro de 2022, à pág. 56, da Comissão de Avaliação do Edital de Procedimento de Manifestação de Interesse nº 01/2021/CP, bem como o Parecer CJ/SIMA nº 631/2022, às págs. 62/66, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente, AUTORIZO o recebimento em doação, sem encargos de qualquer natureza, dos seguintes bens e serviços: 615 mudas de árvores de aproximadamente 30 espécies diferentes, com DAP 2, no valor de R\$ 1.845,00 (mil, oitocentos e quarenta e cinco mil) e doação de 18 horas de trabalho, no valor de R\$ 1.230,00 (mil, duzentos e trinta reais) perfazendo o valor total de R\$ 3.075,00 (três mil e setenta e cinco reais), para o Núcleo de Lazer Engenheiro Goulart - Parque Ecológico do Tietê, nos termos da competência preconizada no Decreto nº 64.399, de 16 de agosto de 2019. Publique-se no Diário Oficial do Estado - DOE, e após, encaminhem-se os autos, em trânsito direto, à Coordenadoria de Parques e Parcerias para ciência e prosseguimento (SIMA.076289/2022-46).

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 37/2022/GS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - GABINETE DO SECRETÁRIO

Modalidade: Seleção Baseada na Comparação de Qualificações de Consultores Individuais - BID

Processo: 76982/2022

Contrato: 37/2022/GS

Parecer Jurídico: CJ/Sima 596/2022

Data: 27/10/2022

Contratante: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - Gabinete do Secretário.

Contratado: Profill Engenharia e Ambiente Ltda.

CNPJ: 03.164.966/0001-52

Objeto: Serviço técnico especializado para a elaboração de diretrizes, critérios e procedimentos para efetivação e/ou atualização do Enquadramento dos Corpos D'água Superficiais do Estado de São Paulo.

Vigência: 12/12/2022 a 11/05/2023

Valor: R\$ 309.950,00

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa 33903504, UGE 260101, Programa de Trabalho: 18544262559460000 Nota de empenho 2022NE00913.

Data da Assinatura: 12/12/2022

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUB-ROGAÇÃO DO CONTRATO AJ-13/2022 - SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - COORDENADORIA DE FAUNA SILVESTRE

Dispensa de Licitação: 029/2022 - Art. 24, II

Processo Sima: 084370/2022

Processo Zoo: 00685E2203

Contrato: AJ-13/2022

Parecer Jurídico: CJ/Sima 14/2022

Data: 24/11/2022

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente - Coordenadoria de Fauna Silvestre.

Contratado: Sensorweb Serviços de Tecnologia da Informação S/A.

CNPJ: 10.769.033/0001-54

Objeto: Prestação de serviços de monitoramento remoto da temperatura dos equipamentos do laboratório.

Objeto do Termo: Cláusula Primeira - O Estado de São Paulo sub-rosa-se nos direitos e nas obrigações da Fundação Parque Zoológico de São Paulo decorrentes do presente contrato, passando a ser, a partir de 01/12/2022, Contratante.

Vigência: a partir de 01/12/2022

Valor: R\$ 6.665,00

Data da Assinatura: 30/11/2022.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUB-ROGAÇÃO DO CONTRATO AJ-005/2022 - SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - COORDENADORIA DE FAUNA SILVESTRE

Dispensa de Licitação: 518/2021

Processo Sima: 084969/2022

Processo Zoo: 06895E2112

Contrato: AJ-005/2022

Parecer Jurídico: CJ/Sima 14/2022

Data: 24/11/2022

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente - Coordenadoria de Fauna Silvestre.

Contratado: Controle Analítico Análises Técnicas Ltda

CNPJ: 05.431.967/0001-41

Objeto: Prestação de serviços para coletas, análises e emissão de laudos do composto orgânico.

Objeto do Termo: Cláusula Primeira - O Estado de São Paulo sub-rosa-se nos direitos e nas obrigações da Fundação Parque Zoológico de São Paulo decorrentes do presente contrato, passando a ser, a partir de 01/12/2022, Contratante.

Vigência: de 01/12/2022 a 31/08/2023

Valor: R\$ 6.300,00

Data da Assinatura: 30/11/2022.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE SUB-ROGAÇÃO DO CONTRATO AJ-105/2021 - SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - COORDENADORIA DE FAUNA SILVESTRE

Pregão Eletrônico: 016/2021

Processo Sima: 85146/2022

Processo Zoo: 318PE2106

Contrato: AJ-105/2021

Parecer Jurídico: CJ/Sima 14/2022

Data: 24/11/2022

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente - Coordenadoria de Fauna Silvestre.

Contratado: Aclimed Clínica Médica Aclimação Ltda

CNPJ: 03.199.587/0001-06

Objeto: Prestação de serviços médicos e laboratoriais em medicina ocupacional para controle, manutenção e reavaliação do programa de controle médico da saúde ocupacional (PCMSO).

Objeto do Termo: Cláusula Primeira - O Estado de São Paulo sub-rosa-se nos direitos e nas obrigações da Fundação Parque Zoológico de São Paulo decorrentes do presente contrato, passando a ser, a partir de 01/12/2022, Contratante.

Vigência: a partir de 01/12/2022

Valor: R\$ 41.005,97

Data da Assinatura: 30/11/2022.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE SUB-ROGAÇÃO DO CONTRATO AJ-086/1806 - SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - COORDENADORIA DE FAUNA SILVESTRE

Pregão Eletrônico: 001/2018

Processo Sima: 085604/2022

Processo Zoo: 0040PE1801

Contrato: AJ-086/1806

Parecer Jurídico: CJ/Sima 14/2022

Data: 24/11/2022

Contratante: Subsecretaria do Meio Ambiente - Coordenadoria de Fauna Silvestre.

Contratado: Verocheque Refeições Ltda.

CNPJ: 06.344.497/0001-41

Objeto: Prestação de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de vale-alimentação em forma de cartão magnético/eletônico com chip de segurança para aquisição de gêneros alimentícios através de redes de estabelecimentos credenciados aos empregados da fundação parque zoológico de São Paulo.

Objeto do Termo: Cláusula Primeira - O Estado de São Paulo sub-rosa-se nos direitos e nas obrigações da Fundação Parque Zoológico de São Paulo decorrentes do presente contrato, passando a ser, a partir de 01/12/2022, Contratante.

Vigência: a partir de 01/12/2022

Valor: R\$ 109.296,47

Data da Assinatura: 30/11/2022.

CHEFIA DE GABINETE

PORTARIA DA CHEFIA DE GABINETE Nº 76, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

Designa os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Acordo de Cooperação (Processo SIMA 010259/2021-80), firmado em 14 de dezembro de 2021, com a Fundação Aron Birmann.

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Resolução SMA nº 74, de 09 de agosto de 2013, combinado com o Decreto nº 64.132, de 11 de março de 2019, e com fulcro nos artigos 67 e 73 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e artigo 64 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989,

DECIDE:

Artigo 1º - Designar as servidoras, Rebeca Wolf Sapada, portadora do RG nº 49.132.537-X e CPF nº 414.047.368-16, e Aline Melo da Silva, portadora do RG nº 37.213.847-0/SP e CPF nº 355.149.768-07, como fiscais, titular e suplente, respectivamente, para acompanhamento e fiscalização da execução do Acordo de Cooperação (Processo SIMA nº 010259/2021-80) firmado em 14 de dezembro de 2021, com a Fundação Aron Birmann, visando a cooperação mútua entre os participantes, para o desenvolvimento de indicadores para medir a qualidade dos parques urbanos, lineares e das Unidades de Conservação sob gestão do Estado de São Paulo,

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da publicação. (SIMA 010259/2021-80)

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

EXTRATO DE EMPENHO (Decreto 61.476/2015) - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - FED para Pres. Biodiv. e dos Rec. Naturais - FPBRN

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 09/2022/CACC-RP - ATA de Registro de Preços - Nº 19/2022

Processo: SIMA.067991/2022-68

Nota de Empenho: 2022NE00417

DATA do Empenho: 21/09/2022

Parecer Referencial: CJ/SIMA Nº 122/2022

DATA do Parecer: 16/03/2022